

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.432 - RS (2019/0132094-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS : HUMBERTO JARDIM MACHADO - RS009657
LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU - RS016972
RECORRIDO : JONES LEMOS ALVES
AGRAVANTE : JONES LEMOS ALVES
ADVOGADOS : TIAGO SANGIOGO - RS072814
PAULA ESCOBAR RILLO - RS078766
AGRAVADO : BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS : HUMBERTO JARDIM MACHADO - RS009657
LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU - RS016972

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JONES LEMOS ALVES contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO.

Interesse Recursal.

O interesse recursal está diretamente ligado à sucumbência material.

Juros Remuneratórios.

Possível a revisão contratual na hipótese de os juros remuneratórios exorbitarem significativamente a taxa média de mercado. Caso em que a taxa de juros praticada ultrapassa a média aferida pelo Banco Central, mas não suficientemente para impor a revisão do contrato no ponto.

Capitalização de Juros. A jurisprudência nacional reconhece a possibilidade de capitalização de juros, desde que expressamente pactuada. Necessária a contratação expressa. Recurso Especial nº. 1.388.972/SC.

Da Inconstitucionalidade da MP 2170-36/2001 A questão já foi objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.377/RS.

Afastamento da Mora e Inscrição nos Cadastros de Devedores.

Afastada a mora contratual não cabe a inscrição em cadastro de inadimplentes, ou outros atos tendentes à cobrança do débito.

Compensação. Repetição.

Devem ser devolvidos ou compensados, de forma simples, os valores eventualmente pagos a maior pelo consumidor.

Honorários Advocatícios.

Redimensionados.

RECURSO PROVIDO EM PARTE" (e-STJ fl. 229).

Em suas razões o recorrente aponta divergência jurisprudencial acerca da interpretação dada ao artigo 51, IV, § 1º, III, do Código de Defesa do Consumidor. Sustenta a abusividade dos juros remuneratórios fixados acima da taxa média de mercado.

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, consolidou o entendimento acerca dos juros remuneratórios no julgamento dos **Temas nºs 24 a 27**, conforme acórdão assim ementado:

"ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;

b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;

c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;

d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada, art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto [...] (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009-grifou-se).

Na espécie, o Tribunal *a quo*, analisando as peculiaridades do caso concreto, decidiu em conformidade com esse entendimento, **sob o fundamento de que não foram abusivas as taxas contratadas, nos seguintes termos:**

"Apesar de ultrapassar a taxa média aferida pelo Banco Central do Brasil em alguns meses, em outros foi bem inferior. A partir daí não se verifica o elemento subjetivo da má-fé contratual que justifique a intervenção do Poder Público ao fim de determinar a redução da taxa ao patamar médio. A variação máxima no período acima considerado, nos meses em que as taxas contratuais foram superiores à média aferida pelo Banco Central, foi de aproximados 25% (vinte e cinco por cento) que deve ser considerado em razão do livre mercado. Tanto assim que no mês de dezembro de 2014 a média do Banco Central foi quase três por cento superior ao praticado pelo demandado.

Logo, afastado o elemento de base jurídica a sustentar a intervenção na relação privada, qual seja prática abusiva de mercado por parte do fornecedor do crédito.

No tópico, é hipótese de desprover o apelo do Autor" (e-STJ fl. 236).

Tal como posta a questão, não há como acolher a pretensão recursal, haja vista o necessário revolvimento das circunstâncias fáticas que permearam a demanda e a interpretação de cláusula contratual, o que é defeso, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, o seguinte precedente:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. DATA DA CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 e 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. 'É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto' (REsp n.1.061.530/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada. Dissentir de tal conclusão demandaria o reexame da prova dos autos, inviável em recurso especial, em virtude do óbice da Súmula n. 7/STJ.

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 436.537/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/2/2014, DJe 11/2/2014 - grifou-se).

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 344.213/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 30/9/2014; AgRg no AREsp 541.423/MG, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 28/8/2014, e AgRg no REsp 1.414.974/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 16/9/2014.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator